





TIM JACKSON

PROSPERIDADE SEM CRESCIMENTO

ECONOMIA PARA UM PLANETA FINITO

Tradução de
Francisca Cortesão

L I S B O A :
TINTA-DA-CHINA
M M X I I I

Tradução financiada pela EGEAC / Maria Matos Teatro Municipal, com o apoio do British Council Portugal e da Comissão Europeia no âmbito do projecto House on Fire.

A informação contida nesta publicação vincula exclusivamente o autor, não sendo a Comissão responsável pela utilização que dela possa ser feita.

© 2013, Edições tinta-da-china, Lda.
Rua João de Freitas Branco, 35A
1500-627 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/9 | Fax: 21 726 90 30
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título original: *Prosperity without Growth.
Economics for a Finite Planet*
© 2009, Tim Jackson

Título: *Prosperidade sem Crescimento.
Economia para Um Planeta Finito*
Autor: Tim Jackson
Tradução: Francisca Cortesão
Revisão: Tinta-da-china
Composição e capa: Tinta-da-china

1.ª edição: Julho de 2013

isbn: 978-989-671-163-4
Depósito Legal n.º 360681/13

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	9
1. PROSPERIDADE PERDIDA	13
Prosperidade enquanto crescimento	15
A questão dos limites	18
Para lá dos limites	26
2. A ERA DA IRRESPONSABILIDADE	31
Em busca dos maus da fita	32
O labirinto da dívida	36
O inimigo interno	47
Dívidas ecológicas	48
3. REDEFINIR A PROSPERIDADE	51
Prosperidade enquanto opulência	54
Prosperidade enquanto utilidade	55
Prosperidade enquanto	
oportunidade de realização	60
Oportunidades limitadas	62
4. O DILEMA DO CRESCIMENTO	67
Opulência material enquanto	
condição necessária à realização	68
Rendimento e direitos básicos	74
Aumento dos rendimentos	
e estabilidade económica	81

5. O MITO DA DISSOCIAÇÃO	87
Dissociação relativa	88
Dissociação absoluta	91
A aritmética do crescimento	97
Escolhas rigorosas	103
6. A «JULA DE FERRO» DO CONSUMISMO	109
Estruturas do capitalismo	111
Lógica social	121
Novidade e ansiedade	124
7. KEYNESIANISMO E O «NEW DEAL VERDE»	127
Alternativas para dar novo impulso ao crescimento	129
New Deal Verde	131
Estratégias para a criação de emprego	134
O potencial de recuperação «verde»	136
Financiar a recuperação	140
Para lá da recuperação	143
8. MACROECONOMIA ECOLÓGICA	147
Princípios básicos de macroeconomia	149
Mudar o «Motor do Crescimento»	155
Partilhar o trabalho	160
Investimento ecológico	164
Bases para uma macroeconomia ecológica	169
9. REALIZAÇÃO, DENTRO DE LIMITES	171
Uma vida sem vergonha	174
Hedonismo alternativo	176
O papel da mudança estrutural	180

10. GOVERNAÇÃO PARA A PROSPERIDADE	187
O papel do governo	188
Egoísmo e altruísmo	192
Variedades de capitalismo	194
O estado em conflito	197
11. A TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL	201
Estabelecer os limites	203
Consertar o modelo económico	206
Mudar a lógica social	211
Não-utopia	217
12. UMA PROSPERIDADE SUSTENTÁVEL	219
Perspectivas de prosperidade	221
Cinderela no baile?	226
O fim do capitalismo?	230
É tempo...	235
ANEXO 1	
O PROJECTO «REDEFINIR A PROSPERIDADE» DA CDS	239
ANEXO 2	
PARA UMA MACROECONOMIA ECOLÓGICA	243
Desenvolvimento do modelo	244
ÍNDICE DE FIGURAS, TABELAS E CAIXAS	251
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	253
NOTAS	255
BIBLIOGRAFIA	279



AGRADECIMENTOS

Este livro resulta em grande medida de um relatório que escrevi enquanto comissário de Economia da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS 2009a), a pedido do anterior presidente da Comissão, Jonathon Porritt. Foi o próprio Jonathon, que há muitos anos apoia incondicionalmente o meu trabalho, a dar o impulso inicial ao envolvimento da CDS nesta área. Por tudo isto, tenho uma enorme dívida de gratidão para com ele.

O livro surge também, inevitavelmente, do meu trabalho enquanto responsável pelo grupo de pesquisa sobre Estilos de Vida, Valores e Ambiente (RESOLVE) na Universidade de Surrey, onde tenho a sorte de contar com uma equipa empenhada, que se dedica a fazer investigação em áreas de grande relevância para o tema que abordamos. Desta investigação decorrem parte dos dados a que o presente livro recorre e estou tão grato pelo constante companheirismo intelectual da equipa, como pelo apoio financeiro do Economic and Social Research Council (Bolsa n.º RES-152-25-1004). Agradeço a Gemma Cook, a coordenadora administrativa do RESOLVE, que geriu com boa disposição e com uma graciosidade incansável a dose de trabalho adicional que a concepção deste livro implicou.

Embora tenha sido escrito como uma monografia, este estudo assenta numa enorme base de recursos. De forma mais óbvia, baseia-se em trabalho da CDS, sobretudo no programa «Redefinir a Prosperidade» (ver Anexo 1), que supervisionei em nome da

Comissão ao longo dos últimos cinco anos. Durante esse período, os meus co-comissários passados e presentes — Jan Bebbington, Bernie Bulkin, Lindsey Colbourne, Anna Coote, Peter Davies, Stewart Davis, Ann Finlayson, Tess Gill, Alan Knight, Tim Lang, Alice Owen, Anne Power, Hugh Raven, Tim O’Riordan, Waheed Saleem e Becky Willis — confiaram-me generosamente o seu tempo, participando em seminários, fazendo críticas construtivas e revendo esboços de vários documentos.

Agradeço em especial a todos aqueles que contribuíram de forma directa para um conjunto de seminários sobre prosperidade realizados entre Novembro de 2007 e Abril de 2008. Entre eles, contam-se: Simone d’Alessandro, Frederic Boudier, Madeleine Bunting, Ian Christie, Herman Daly, Arik Dondi, Paul Ekins, Tim Kasser, Miriam Kennet, Guy Liu, Tommaso Luzzati, Jesse Norman, Avner Offer, John O’Neill, Elke Pirgmaier, Tom Prugh, Hilde Rapp, Jonathan Rutherford, Jill Rutter, Zia Sardar, Kate Soper, Steve Sorrell, Nick Spencer, Peter Victor, Derek Wall, David Woodward e Dimitri Zenghelis.

Muitos outros colegas e amigos me deram ajuda e conselhos ao longo desta iniciativa — por vezes sem o saberem! Devo agradecer em especial a Colin Campbell, Mick Common, Brian Davey, Andy Dobson, Angela Druckman, Ian Gough, Bronwyn Hayward, Colin Hines, Fritz Hinterberger, Lester Hunt, Nic Marks, Frances O’Grady, Ronan Palmer, Miriam Pepper, Ann Pettifor, Alison Pridmore, Rita Trattng, Chris Tuppen, John Urry e David Wheat.

O secretariado da CDS, que ajudou a organizar os seminários e a lançar o relatório original, merece uma menção especial. Sue Dib, Sara Eppel, Ian Fenn, Andrew Lee, Andy Long, Rhian Thomas, Jacopo Torriti, Joe Turrent e Kay West foram uma fonte constante de aconselhamento e de apoio. Tenho uma dívida de gratidão para com Victor Anderson, cuja experiência foi indispensável ao longo do projecto Redefinir a Prosperidade.

Finalmente, quero agradecer à minha equipa na Earthscan — sobretudo a Camille Bramall, Gudrun Freese, Alison Kuznets, Veruschka Selbach e Jonathan Sinclair Wilson — pela paciência, o apoio e o entusiasmo sem limites que dedicaram ao projecto.



1. PROSPERIDADE PERDIDA

Creio que temos de reconhecer que esse sentido de prosperidade comum se perdeu.

BARACK OBAMA, 27 de Março de 2008¹

Prosperidade é o que acontece quando as coisas nos correm bem, de acordo com as nossas esperanças e expectativas². «Como vai a vida?», perguntamos uns aos outros. «Como vão as coisas?» Estas formas de cortesia exprimem mais do que simples saudações. Revelam um fascínio mútuo pelo bem-estar do outro. Querer que as coisas corram bem é uma preocupação humana comum.

Esta ideia de as coisas correrem bem deixa subentender um certo conceito de continuidade. Não é normal pensarmos que a vida nos corre de feição se soubermos que tudo se vai desmoronar no dia seguinte. «Estou bem, obrigado. Amanhã vou abrir falência.» Semelhante resposta não faria sentido. Temos uma tendência natural para nos preocuparmos com o futuro.

Há também a ideia de que a calamidade social impede a prosperidade individual. Que as coisas estejam a correr-me bem é fraco consolo se a minha família, os meus amigos e a minha comunidade estiverem a passar por grandes dificuldades. A minha prosperidade e a prosperidade daqueles que me rodeiam estão entrelaçadas. Por vezes, de forma indestrinçável.

Em maior escala, esta preocupação comum traduz-se numa visão do progresso humano. A prosperidade pressupõe erradicar a fome e providenciar abrigo, eliminar a pobreza e a injustiça, ter esperança num mundo seguro e pacífico. E esta visão é importante não só por razões altruístas, mas, muitas vezes, também como meio de nos certificarmos de que as nossas próprias vidas têm



sentido. Ela possibilita a sensação reconfortante de que as coisas estão, no seu todo, a melhorar — e não a piorar —, se não necessariamente para nós, então, pelo menos, para aqueles que virão depois. Uma sociedade melhor para os nossos filhos. Um mundo mais justo. Um lugar onde os mais desfavorecidos possam, um dia, viver bem. Se eu não for capaz de acreditar que isto é possível, então em que posso acreditar? Que sentido faz a minha própria vida?

A prosperidade é, nesta lógica, uma visão comum, que ecoa nos nossos rituais diários e cujas considerações influenciam o mundo político e social. E a esperança de a alcançar faz parte das nossas vidas.

Até aqui, tudo bem. Mas como se atinge este ideal? Sem uma forma concreta de transformar a esperança em realidade, a prosperidade não passa de uma ilusão. A existência de um mecanismo credível e consistente para conseguir prosperar é importante. E não se trata apenas de pôr a maquinaria a funcionar. A legitimidade dos meios para viver bem é parte do que sustém a sociedade. O significado colectivo extingue-se quando a esperança se perde. A própria moralidade fica sob ameaça. É essencial encontrar o mecanismo certo.

Uma das mensagens centrais deste livro é o facto de estarmos a falhar nesta missão. A tecnologia, a economia e as aspirações sociais estão desajustadas de qualquer expressão relevante de prosperidade. A visão de progresso social que nos move — baseada numa expansão contínua dos desejos materiais — é, por natureza, insustentável. E falhar aqui não é apenas ficar aquém de ideais utópicos. Trata-se de uma falha muito mais elementar. Na busca de uma vida boa hoje, destruímos, de forma sistemática, as bases do bem-estar de amanhã. Corremos o perigo de perder qualquer perspectiva de esperança numa prosperidade comum e sustentável.

Mas este livro não é um protesto amargo contra os fracassos da modernidade. Nem um lamento sobre a inevitabilidade da condição humana. Existem, decerto, constrangimentos inalteráveis



às nossas expectativas de prosperidade sustentável. A existência de limites ecológicos para a actividade humana será um deles. Certas facetas da natureza humana poderão ser outro. Tomar estes constrangimentos em consideração é fundamental ao espírito da minha investigação.

O objectivo principal deste livro é procurar respostas viáveis para o maior dilema dos nossos tempos: conciliar as aspirações a uma vida boa com as limitações de um planeta finito. A análise das páginas que se seguem pretende encontrar uma interpretação credível do que significa para a sociedade humana prosperar, num contexto em que os recursos ecológicos são limitados.

PROSPERIDADE ENQUANTO CRESCIMENTO

No cerne deste livro reside uma pergunta muito simples. Como pode a prosperidade surgir num mundo finito, com recursos limitados e uma população que se estima vir a ultrapassar os 9 mil milhões de pessoas dentro de algumas décadas³? Será possível planear a prosperidade num mundo com estas características? Será essa prosperidade plausível perante os indiscutíveis limites ecológicos? E como se transforma esta perspectiva em realidade?

A resposta mais recorrente a tais perguntas implica considerar a prosperidade em termos económicos e invocar o crescimento económico contínuo como o meio de a atingir. Rendimentos mais elevados significam um leque mais alargado de escolhas, vidas mais prósperas, melhor qualidade de vida para os que deles beneficiam. Ou assim reza o paradigma vigente.

Esta fórmula traduz-se (quase literalmente) num aumento do produto interno bruto (PIB) *per capita*. O PIB é, em traços largos, uma medida da «actividade económica» num país ou região⁴. Como veremos mais adiante, há argumentos legítimos



para questionar a competência de um indicador tão limitado. Mas, por agora, ele representa aquilo que, em termos gerais, se entende por aumento dos rendimentos. Um PIB *per capita* em ascensão, de acordo com esta lógica, equivale a uma prosperidade crescente⁵.

Esta é, sem dúvida, uma das razões pelas quais o aumento do PIB foi, de longe, o principal objectivo das políticas em todo o mundo durante a maior parte do século passado. E ainda hoje a ideia cativa os países mais pobres do globo. Qualquer abordagem relevante à questão da prosperidade deve, sem dúvida, analisar a situação problemática dos mil milhões de pessoas em todo o mundo que vivem com menos de um dólar por dia — metade do preço de um *cappuccino* pequeno num Starbucks⁶.

Mas será essa lógica realmente válida para os países mais ricos, onde as necessidades de subsistência estão amplamente satisfeitas e onde a proliferação de bens de consumo pouco acrescenta ao conforto material? Como é possível que, tendo já tantas coisas, ainda ansiemos por mais? Não seria melhor travar esta busca incansável de crescimento nas economias avançadas e concentrar os nossos esforços em partilhar os recursos existentes de uma forma mais justa?

Num mundo de recursos finitos, constrangido por limites ambientais rígidos, ainda caracterizado por «ilhas de prosperidade» no meio de «oceanos de pobreza»⁷, será legítimo que o crescimento perpétuo dos rendimentos daqueles que já são ricos sirva de apoio às nossas esperanças e expectativas? Ou existirá outro caminho em direcção a uma forma mais sustentável e mais justa de prosperidade?

Voltaremos, uma e outra vez, a esta questão e vamos analisá-la sob diversos pontos de vista. Mas vale a pena clarificar desde já que, para muitos economistas, a ideia de prosperidade sem crescimento é uma perfeita aberração. O crescimento do PIB nunca é posto em causa. Já muito se discorreu sobre aquilo em que se



baseia, quem é o melhor a concretizá-lo e o que fazer quando isso deixa de acontecer. Muito menos se debateu sobre o motivo pelo qual este crescimento é desejável.

Mas a ânsia constante por mais, que se esconde na ideia convencional de prosperidade, não será totalmente desprovida de fundamento académico. Resumidamente, o raciocínio é mais ou menos este: o PIB dá conta do valor económico de bens e serviços trocados no mercado. Se gastamos o nosso dinheiro em mais e mais produtos, é porque lhes damos valor. Não lhes daríamos valor se não estivessem, ao mesmo tempo, a contribuir para a melhoria das nossas vidas. Assim, um PIB *per capita* em constante crescimento é um indicador credível de uma prosperidade em ascensão.

Mas esta conclusão é inusitada precisamente porque a prosperidade não é um sinónimo óbvio de rendimentos ou de riqueza. Prosperidade em ascensão não significa crescimento económico. Mais não é necessariamente melhor. Até há bem pouco tempo, a prosperidade não era de todo considerada em termos económicos; era simplesmente o oposto da adversidade ou da dificuldade⁸. O conceito de prosperidade económica — e a sua relação com o crescimento económico — é uma construção moderna. Uma construção que está a ser alvo de bastantes críticas.

Entre outras acusações, ao crescimento aponta-se a falha de ter distribuído os seus benefícios de forma, no mínimo, irregular. Um quinto da população mundial ganha apenas 2 por cento da receita global. Por outro lado, os 20 por cento mais ricos ganham 74 por cento do rendimento mundial. A desigualdade entre ricos e pobres é marcada por disparidades gigantescas — diferenças reais de prosperidade, sob qualquer prisma. Estas discrepâncias são inaceitáveis do ponto de vista humanitário e são igualmente fonte de crescentes tensões sociais: dificuldades concretas nas comunidades mais desfavorecidas cujos efeitos se fazem sentir na sociedade como um todo⁹.

Mesmo nas economias avançadas, as desigualdades são mais acentuadas do que há 20 anos. Enquanto os ricos se tornaram mais ricos, os rendimentos das classes médias nos países ocidentais estagnaram efectivamente muito antes da actual recessão. Longe de aumentar o nível de vida dos mais desfavorecidos, o crescimento foi uma desilusão para grande parte da população mundial ao longo dos últimos 50 anos. A riqueza foi distribuída entre uma feliz minoria.

A justiça (ou a falta dela) é apenas uma das razões para pôr em causa a fórmula convencional para alcançar a prosperidade. Outra é o reconhecimento cada vez mais alargado de que, pelo menos a partir de um certo ponto, a busca continuada do crescimento económico não parece levar à felicidade humana, podendo até travá-la. O discurso sobre a «crise social» nas economias avançadas tem acompanhado o relativo sucesso económico das últimas décadas¹⁰.

Por último, e talvez de forma mais evidente, qualquer interpretação credível sobre a prosperidade tem de ter em conta a questão dos limites. Ainda mais quando se trata de uma perspectiva baseada no crescimento. Como — e durante quanto tempo — é possível crescer continuamente sem esbarrar contra os limites ecológicos de um planeta finito?

A QUESTÃO DOS LIMITES

A preocupação com os limites é tão antiga como o mundo. Mas podemos observar três fases distintas na história recente. No final do século XVIII, o clérigo inglês Thomas Robert Malthus abordou a questão no *Ensaio sobre o Princípio da População*, um texto que deixou marcas. Na década de 1970, o assunto voltou a surgir de outra forma no relatório do Clube de Roma, intitulado *Os Limites do Crescimento*. A terceira fase é aquela em que nos encontramos

hoje: as preocupações com as alterações climáticas e o «pico do petróleo»¹¹ rivalizam com o receio do colapso económico.

Invocar o fantasma de Malthus é, naturalmente, perigoso. As suas ideias foram censuradas pelas mais variadas razões. Algumas — como a sua visão distorcida sobre a pobreza, ou o modo como se opôs à Lei dos Pobres — são bastante válidas. Afinal de contas, é a Malthus que devemos a reputação da economia enquanto «ciência lúgubre». Por isso podemos dizer desde já que o economista estava enganado. Pelo menos no que diz respeito às especificidades das suas teorias¹².

O seu argumento (muito resumidamente) era o de que o crescimento populacional é sempre mais rápido do que o desenvolvimento dos recursos disponíveis para alimentar e providenciar abrigo à população. Assim, mais cedo ou mais tarde, a população ultrapassa os «meios de subsistência» e algumas pessoas — inevitavelmente, as mais pobres — sofrem as consequências.

Um dos erros de Malthus foi não ter conseguido perceber as desigualdades estruturais que impediam as pessoas de sair da pobreza (chegando ao ponto de as defender). Mas também fez mal as contas. A população mundial é hoje mais de seis vezes superior à da época. E isto acontece porque os meios de subsistência se expandiram de forma significativamente mais rápida do que a população — contrariando a previsão de Malthus. A economia mundial é agora 68 vezes maior do que em 1800¹³.

Malthus foi completamente incapaz de perceber o impacto a longo prazo das profundas inovações tecnológicas que já ocorriam à sua volta. Nem podia prever que esse desenvolvimento determinasse uma redução significativa da taxa de crescimento populacional. Hoje, a riqueza em expansão consome recursos mais rapidamente do que o crescimento populacional¹⁴. Os meios de subsistência acompanharam de forma mais do que suficiente a tendência de reprodução das populações, em parte devido à existência de combustíveis fósseis baratos. E ainda assim,

o incrível aumento do consumo de recursos associado a uma economia mundial quase 70 vezes superior à que existia no seu tempo poderia levar Malthus a parar para pensar. Como poderiam estes aumentos continuar?

Foi esta a pergunta de um grupo de cientistas ao qual, na década de 1970, o Clube de Roma encomendou um estudo sobre a questão dos limites ecológicos. Donella e Dennis Meadows analisaram com os colegas o crescimento exponencial na utilização dos recursos, a população e a actividade económica desde a revolução industrial e chegaram a uma questão muito simples. Como poderiam estas curvas (Figura 1.1 a) continuar da forma que as previsões económicas convencionais determinavam?

Estes cientistas sabiam que os ecossistemas naturais obedeciam a curvas muito diferentes (Figura 1.1 b). Seria possível que os enormes avanços no desenvolvimento humano não fossem afinal mais do que o acentuado crescimento precoce que se associa ao lado esquerdo de uma curva normal? E que, inevitavelmente, como qualquer outro ecossistema que exceda os seus recursos, estivéssemos a caminhar em direcção ao precipício?

Os Meadows defenderam que a escassez de recursos levaria a um aumento de preços e ao abrandamento das possibilidades de crescimento futuro. Se o consumo de recursos não fosse reduzido, a própria reserva de recursos acabaria por entrar em colapso e, com ela, o potencial para a continuação da actividade económica — pelo menos na versão defendida pelos optimistas.

Reunindo todos os dados ao seu alcance sobre taxas de extracção de recursos e reservas disponíveis, dedicaram-se à tentativa de prever quando surgiriam os pontos de viragem — os pontos além dos quais a escassez real se começaria a fazer sentir.

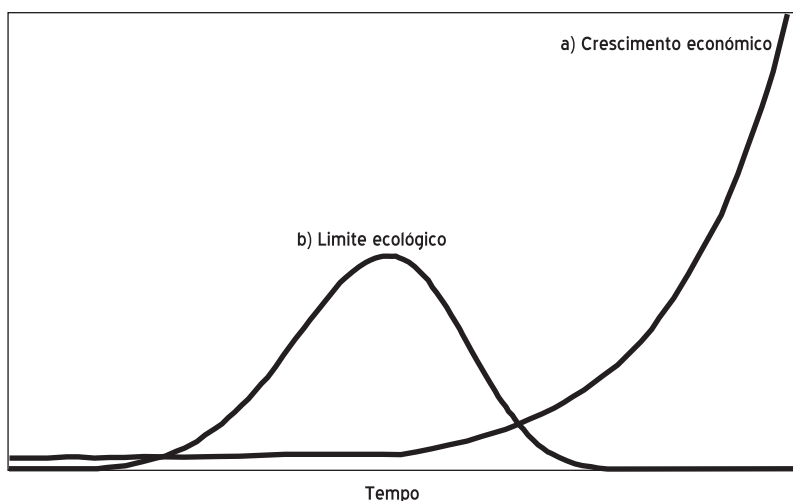


FIGURA 1.1 Curvas de crescimento para sistemas ecológicos e económicos

Apesar de os Meadows terem feito este trabalho numa época em que havia ainda menos dados disponíveis sobre recursos naturais do que hoje, as suas previsões vieram a revelar-se extraordinariamente certas. O relatório *Limites do Crescimento* antevia uma carência significativa de recursos nas primeiras décadas do século XXI, caso não fossem tomadas medidas para limitar o consumo material. Nos primeiros anos do novo milénio, o medo real da escassez já estava à espreita¹⁵.

Esta perspectiva de escassez manifestou-se de forma mais relevante no debate sobre o pico do petróleo, que surgiu no ano 2000 como um assunto altamente polémico. Os «piquistas» defendiam que o pico na produção de petróleo aconteceria dentro de poucos anos, e possivelmente estaria já em curso. Os seus opositores apontavam para as enormes reservas que ainda existiam em areias e xisto betuminosos. Extrair esse petróleo poderia revelar-se caro e prejudicial para o meio ambiente, mas estávamos ainda muito longe da escassez absoluta, defendiam os optimistas.

Entretanto, o preço do petróleo foi subindo de forma constante. Está mais que provada a possibilidade de estes aumentos súbitos destabilizarem a economia global e porem em causa a segurança mais elementar. Em Julho de 2008, o preço do petróleo atingiu os 147 dólares por barril (Figura 1.2). Embora tenha caído drasticamente nos meses seguintes, a ameaça do pico do petróleo não desapareceu. No início de 2009, a tendência de subida voltara.

A própria Agência Internacional de Energia (AIE) sugere agora que o «pico» poderá acontecer já em 2020. Outros analistas acreditam que será mais cedo. O petróleo não vai desaparecer após o pico, mas tornar-se-á mais raro, e a sua extracção mais dispendiosa. Para todos os efeitos, a era do petróleo barato chegará ao fim, levando a uma alteração irreversível da economia da energia¹⁶.

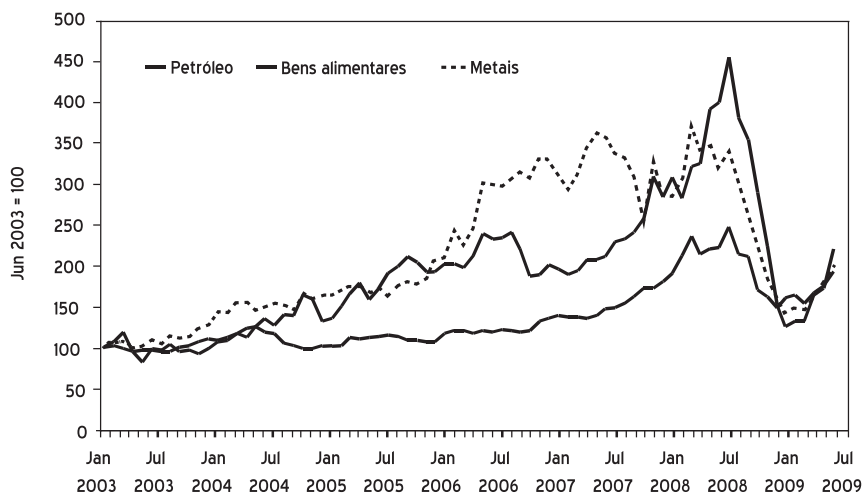


FIGURA 1.2 Preços dos bens de consumo a nível mundial:
Janeiro 2003 a Julho 2009¹⁷

Fonte: Concebida pelo autor com base nos dados da nota 17.

O petróleo não é o único bem sobre o qual paira o fantasma da escassez nas próximas décadas. O preço dos bens alimentares também subiu em flecha nos 12 meses decorridos até Julho de 2008, desencadeando motins nalguns países. Após o pico, a tendência parece ser uma nova subida (Figura 1.2). A terra produtiva, como o próprio Malthus reconheceu, é o recurso fundamental no que toca à subsistência básica. Os conflitos sobre o uso da terra, sobretudo naquilo que toca à sua utilização para o desenvolvimento de biocombustíveis (etanol e biodiesel), foram seguramente uma das causas por detrás da subida do preço dos bens alimentares ao longo do ano de 2008. E ninguém espera que o tempo apazigúe estes conflitos.

Nos minerais, a tendência também tem sido a subida de preços, o que não é surpreendente. A procura está a aumentar e, mesmo mantendo-se o actual ritmo de extracção, há uma série de minerais importantes em risco de desaparecer dentro de décadas. À medida que o ritmo de extracção acelera, aproximamo-nos mais da escassez.

Se o mundo inteiro consumisse recursos apenas a metade da velocidade dos Estados Unidos da América, por exemplo, as reservas de cobre, estanho, prata, crómio, zinco e muitos outros «minerais estratégicos» seriam esvaziadas em menos de quatro décadas. Se o fizesse ao ritmo actual dos EUA, o horizonte temporal seria de menos de 20 anos. Alguns metais raros vão chegar ao limite dentro de uma década, mesmo ao actual ritmo de consumo global⁸.

Durante a «bolha» do preço dos bens de consumo de 2008 estiveram em jogo diversos factores. Alguns tinham apenas que ver com políticas a curto prazo. É difícil perceber o que quer que seja acerca da escassez real olhando apenas para flutuações de preço a curto prazo; até aqui estamos todos de acordo. Este facto é aproveitado pelos optimistas, que procuram desvalorizar a questão da escassez de recursos. Mas, ao mesmo tempo,



é preocupante que os preços dos bens sejam de tal forma voláteis que não permitam extrair informação fiável acerca da escassez iminente. A simples ameaça da escassez é suficiente para os fazer disparar. Do mesmo modo, o receio de uma recessão económica fá-los cair a pique. Tanto nos picos como nas quedas, a reserva de recursos vai continuando a sua marcha inevitável rumo à extinção. Mas o mercado está demasiado obcecado consigo próprio para levar isto em conta.

Como me disse um economista em plena crise do sector financeiro: «Não entrámos na recessão em que muitos economistas, ao olhar para a bolha dos bens de consumo, achavam que íamos entrar, movida pela escalada do preço dos recursos.» Mas uma coisa é certa: essa recessão está a caminho. E vai chegar, mais cedo ou mais tarde. Quando isso acontecer, o impacto da subida dos preços não vai ser menos chocante do que foi ao longo de 2008. As consequências para a economia serão devastadoras.

Esta terceira fase no debate sobre a questão dos limites é diferente das anteriores. A escassez de recursos — o problema das «fontes», usando o termo dos economistas ambientais — é apenas uma parte do problema. O debate é também alimentado pela questão dos «sugadouros» — a capacidade que o planeta tem de «assimilar» os impactos ambientais da actividade económica. «Mesmo antes de ficarmos sem petróleo», explica o ecologista Bill McKibben, «estamos a ficar sem planeta.»¹⁹

As alterações climáticas são um problema de «sugadouro», resultante da acumulação de gases com efeito de estufa na atmosfera — acelerada pelas actividades humanas, especialmente a utilização de combustíveis fósseis. A capacidade de assimilar essas emissões sem desencadear alterações climáticas «perigosas» está a esgotar-se rapidamente.

Foi no final da década de 1980 que se começou a falar de alterações climáticas, graças a cientistas como James Hansen, e desde então o assunto tem vindo a ganhar importância na agenda



política. A publicação do relatório Stern, em 2006, trouxe uma enorme visibilidade ao tema. Nicholas Stern, antigo economista do Banco Mundial, fez uma análise económica das alterações climáticas, a pedido do Departamento do Tesouro do Reino Unido. A análise concluía que através de um pequeno impacto inicial no PIB (talvez de apenas 1 por cento do PIB) se poderia evitar um impacto muito maior (talvez na ordem dos 20 por cento do PIB) no futuro²⁰.

É revelador que tenha sido preciso um economista ao serviço de um ministério das finanças para alertar o mundo sobre uma questão há muito debatida pelos cientistas especializados em questões do clima — sobretudo do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (PIAC). Em parte, isto dá conta do poder dos economistas no que diz respeito à tomada de decisões políticas. Mas a reacção ao relatório Stern também decorreu da natureza sedutora da sua mensagem. As alterações climáticas têm solução. O crescimento económico pode continuar a ocorrer praticamente inalterado.

Mais à frente vamos analisar esta mensagem com maior profundidade. A história das políticas relativas ao clima desaconselha-nos vivamente a acreditar que as coisas possam ser assim tão fáceis. De acordo com o Protocolo de Quioto, as economias mais avançadas deveriam ter reduzido a emissão de gases com efeito de estufa em cerca de 5 por cento, a níveis de 1990, até 2010. Mas não foi bem isso que aconteceu. Em termos globais, as emissões subiram 40 por cento desde 1990.

Entretanto, a própria ciência evoluiu. O relatório Stern tinha como meta a estabilização das emissões de carbono para a atmosfera em cerca de 550 partes por milhão (ppm)²¹. Actualmente, a maioria dos cientistas, incluindo Stern, considera que esse objectivo não chega para evitar alterações climáticas antropogénicas perigosas. O 4.º Relatório de Avaliação do PIAC defende que será necessário estipular uma meta de 450 ppm para limitar o aumento

das temperaturas na ordem dos 2°C ²². Alcançar este objectivo poderia implicar uma redução de quase 85 por cento das emissões, a níveis de 1990, até 2050²³.

Mas até esta conclusão já foi desafiada em dois artigos publicados na revista *Nature* em Abril de 2009. Os autores defendem que o que interessa é a quota total do efeito de estufa que nos permitirmos no período que decorre até 2050. As concentrações atmosféricas de gases com efeito de estufa a nível global já rondam as 435 ppm. E se ambicionarmos uma probabilidade de 75 por cento de ficar abaixo dos 2°C , a economia global só se pode dar ao luxo de emitir um total de um milhão de milhões de dióxido de carbono (CO_2) entre 2000 e 2050. O dado mais impressionante é que em 2008 já tínhamos consumido um terço dessa quota. Cumprir-la será mais difícil ainda do que manter as 450 ppm actuais²⁴.

A mensagem que se retira de tudo isto é profundamente incómoda. Estamos a poucas décadas de distância de graves alterações climáticas. E estamos a gastar a «margem» climática demasiado depressa. A transformação dos nossos sistemas de energia pode levar décadas, e ainda mal deitámos mãos à obra. À medida que a ciência avança, é cada vez mais claro que um mundo em aquecimento pode tornar-se a ameaça mais grave à nossa sobrevivência. Embora só recentemente nos tenha chamado a atenção, o clima pode revelar-se como o maior limite de todos.

PARA LÁ DOS LIMITES

Este breve relato dos limites ecológicos não faz de todo justiça à riqueza de conhecimentos que se tem vindo a reunir em torno da escassez de recursos e das alterações climáticas. Nem sequer foram abordadas questões como a desflorestação galopante, a redução inédita da biodiversidade, o colapso das reservas de peixe, a falta de água ou a poluição do solo e das reservas de água. Os lei-

tores interessados em ver esses temas analisados mais profundamente devem procurar outras fontes²⁵.

De certa maneira, não são os pormenores que interessam. Ninguém discorda realmente da avaliação dos prejuízos. A título de exemplo, o facto de cerca de 60 por cento dos ecossistemas mundiais terem sido usados e abusados desde meados do século xx é reconhecido globalmente²⁶.

Durante esse mesmo período, a economia global aumentou mais de cinco vezes. Se continuar a crescer a esse ritmo, vai ser 80 vezes maior em 2100 do que era em 1950²⁷. Esta escalada vertiginosa da actividade económica global é inédita. E está em total contradição com o conhecimento científico que temos acerca da base finita de recursos e da ecologia frágil de que dependemos para sobreviver.

Um mundo em que as coisas continuem como se nada fosse é inconcebível. Mas o que aconteceria se os 9 mil milhões de pessoas que se prevê que venham a habitar o planeta atingissem os níveis de rendimento esperados nos países da OCDE²⁸? Semelhante economia, em 2050, teria de ser 15 vezes maior do que a de hoje (75 vezes maior do que em 1950) e, no final do século XXI, 40 vezes maior do que a economia actual (200 vezes maior do que em 1950)²⁹. Mas como será essa economia? De que se vai alimentar? Será que oferece alguma perspectiva de prosperidade comum e sustentável?

Na maioria dos casos, evitamos a verdade desoladora que estes números revelam. Por defeito, partimos do princípio — crises financeiras à parte — de que o crescimento vai continuar indefinidamente. Não só nos países mais pobres, onde é inegavelmente necessário melhorar a qualidade de vida, mas também nos países mais ricos, onde a panóplia de bens materiais pouco acrescenta à felicidade e até começa a ameaçar as bases do nosso bem-estar.

As raízes desta cegueira colectiva (como veremos adiante com mais pormenor) não são difíceis de encontrar. A estabilidade

da economia moderna estrutura-se no crescimento económico. Quando o crescimento abranda, como aconteceu de forma drástica no final de 2008, a classe política entra em pânico. As empresas passam por enormes dificuldades. Teme-se a recessão. Só excêntricos, idealistas ou revolucionários poriam o crescimento em causa.

Mas temos mesmo de o pôr em causa. A ideia de uma economia que não cresce pode ser uma aberração para os economistas. Mas a ideia de uma economia em crescimento constante é uma aberração para os ecologistas. Nenhum subsistema de um sistema finito pode crescer indefinidamente; é uma impossibilidade física. Os economistas têm de conseguir resolver o problema de um sistema económico em crescimento constante poder existir num sistema ecológico finito.

A única resposta possível a este desafio é sugerir — como fazem os economistas — que o crescimento em dólares está «dissociado» do crescimento da produção física e dos impactos ambientais. Mas, como veremos de forma clara mais adiante, este método ainda não deu resultado, nem há grande esperança de que venha a dar no futuro próximo. E a dimensão da dissociação que seria necessária para atingir os limites que foram decididos (e respeitar esses limites enquanto a economia continua em perpétuo crescimento) desafia a imaginação.

Em resumo, não temos outra alternativa senão pôr o crescimento em causa. O mito do crescimento falhou-nos. Falhou perante mil milhões de pessoas que continuam a tentar viver todos os dias com metade do preço de um café. Falhou perante os sistemas ecológicos frágeis dos quais depende a nossa sobrevivência. E falhou, estrondosamente, nos seus próprios termos, na tarefa de oferecer estabilidade económica e salvaguardar o sustento das populações.

E se a crise económica actual é de facto sinal do fim de uma era de crescimento fácil (segundo algumas previsões), pelo menos para os países mais desenvolvidos, então os assuntos discutidos

neste livro são duplamente relevantes. A prosperidade sem crescimento é uma carta muito útil de se ter na manga quando a economia falha.

A realidade incômoda é que estão iminentes o fim do petróleo barato, a subida constante do preço dos bens de consumo, a degradação da qualidade do ar, da água e dos solos, os conflitos por causa da utilização da terra, dos recursos, da água, dos direitos de florestação e pesca, e o desafio avassalador de estabilizar o clima mundial. E deparam-se-nos estas tarefas no meio de uma economia que, para todos os efeitos, não funciona e que precisa urgentemente de ser renovada.

Nestas circunstâncias, é impensável continuar como se nada fosse. A prosperidade de uma minoria com base na destruição ecológica e na injustiça social perpétua não pode ser o fundamento de uma sociedade civilizada digna desse nome. A retoma económica é vital. Proteger o emprego — e criar novos postos de trabalho — é absolutamente essencial. Mas depara-se-nos também a necessidade urgente de renovarmos a noção de prosperidade comum. De nos comprometermos mais profundamente com a justiça num mundo que é finito.

Cumprir essas metas pode parecer uma tarefa estranha ou mesmo incongruente para os decisores políticos, na era moderna. O papel do governo tem sido limitado por objectivos materiais e esvaziado por uma perspectiva errada de liberdade total dos consumidores. O próprio conceito de governação também precisa de renovação urgente.

Mas a crise económica apresenta-se como uma oportunidade única para investir na mudança. Para eliminar o pensamento a curto prazo que infecta a sociedade há décadas. E para o substituir por políticas pensadas, capazes de lidar com o enorme desafio de encontrar o caminho para uma prosperidade sustentável.

Porque, no fim de contas, a prosperidade é mais do que os prazeres materiais. Transcende as preocupações materiais.

Assenta na qualidade das nossas vidas e na saúde e na felicidade das nossas famílias. Está presente na força dos nossos relacionamentos e na confiança que depositamos na comunidade em que vivemos. Mostra-se na satisfação que tiramos do trabalho e na sensação de termos objectivos e esperanças comuns. Depende do nosso potencial de participar inteiramente na vida da sociedade.

A prosperidade consiste na capacidade de nos realizarmos enquanto seres humanos — dentro dos limites ecológicos de um planeta finito. O desafio que se apresenta à nossa sociedade é criar condições para que tal seja possível. É a tarefa mais urgente dos nossos tempos.

PROSPE RIDADE SEM CRESCI MENTO

foi composto em caracteres
Hoefler Text e impresso pela
Guide, Artes Gráficas, em
papel Coral Book de 80 gramas,
no mês de Junho de 2013.



